

a era da tecnologia

raymond aron

rio de janeiro  
editora cadernos brasileiros  
1965

301  
A 769 e

a era da tecnologia

flc - 1965

**a era da tecnologia**

# a era da tecnologia

raymond aron

Reservados os direitos de reprodução  
e tradução no Brasil.

Copyright CADERNOS BRASILEIROS  
EDITORA CADERNOS BRASILEIROS S. A.  
Rua Prudente de Moraes, 129

Rio de Janeiro — GB — Brasil

rio de janeiro  
série cadernos brasileiros nº 5  
1965

Série CADERNOS BRASILEIROS

- 1 — *Quatro Poemas* — Roberto Lowell
- 2 — *Novíssima Poesia Brasileira* — Seleção de Walmir Ayala
- 3 — *O Grande Despertar* — John Strachey
- 4 — *Kruschev e a Cultura*

RAYMOND ARON (1905), Professor de Sociologia da Sorbonne é, no consenso geral, o mais importante sociólogo francês dos nossos dias; como articulista e colunista do *Figaro*, é apontado igualmente como um dos mais incisivos comentaristas políticos da cena mundial. Aron destaca-se ainda como memorável conferencista, caracterizado pela fluência do seu discurso (tanto em francês, como em inglês ou em alemão) e pela precisão e objetividade de suas respostas.

Autor de quase vinte livros, suas obras mais conhecidas são a *Introdução à Filosofia da História* (1938), *O Século da Guerra Total* (1951), *O Ópio dos Intelectuais* (1955), e, mais recentemente, *Paz e Guerra entre as Nações*.

## O Que é Crescimento

PELA primeira vez, todos os homens partilham a mesma história. A humanidade está unida pelos seus grandes conflitos e problemas, tanto quanto pelas suas habilidades tecnológicas. Ideológica e militarmente, as duas grandes potências mundiais estão presentes na Ásia e na América Latina, no paralelo 38 e no Caribe. Bombardeiros e aviões comerciais levam apenas poucas horas para voar de Moscou a Washington; meia hora é todo o tempo de que precisa um foguete para ir de sua plataforma de lançamento na Rússia ou na América até o seu alvo no país visado. E, como a simbolizar a unidade da raça humana, as mesmas palavras — capitalismo, socialismo, imperialismo — são correntes em toda parte, embora com significados diversos e até mesmo contraditórios.

Entre essas palavras largamente disseminadas, há talvez uma que reivindica uma posição privilegiada: desenvolvimento. Não consigo pensar em país algum, seja no Hemisfério Norte ou no Sul, no Velho ou no Novo Mundo, onde essa palavra não seja de uso comum e mesmo obsessivo, como se definisse a maior ambição do homem contemporâneo e representasse a meta à qual todas as comunidades decidiram dar prioridade.

Embora a palavra *desenvolvimento* seja um termo predileto em alemão, inglês, espanhol, português, e sem dúvida também em outras línguas, não é necessariamente entendida da mesma maneira nos Estados Unidos ou no Brasil, na Guiné ou na França. O presente ensaio

inspira-se no contraste quase inevitável entre a enorme popularidade da palavra *desenvolvimento* e os variados problemas que o desenvolvimento suscita nos diferentes continentes e nos diferentes países. A teoria do desenvolvimento pode ajudar-nos a definir em que sentido a humanidade está unificada pela tecnologia e seus problemas concomitantes, e, ao mesmo tempo, dividida e unificada por questões de ideologia.

A teoria moderna, ou, para ser mais preciso, contemporânea, do desenvolvimento origina-se de três fontes, cada uma das quais sugere uma interpretação particular da palavra e do fenômeno: o estudo estatístico a longo prazo do crescimento econômico, o contraste entre países ricos e pobres (ou, para usar os termos comuns, países avançados e países subdesenvolvidos, êsses últimos sendo ditos agora "em processo de desenvolvimento") e, em terceiro lugar, a comparação entre a organização econômica e social da Rússia e a do Ocidente.

A primeira fonte — o estudo estatístico do crescimento econômico a longo prazo — deve ser encontrada num famoso livro, cuja primeira edição apareceu em 1940. *Condictions of Economic Progress*, do economista britânico Colin Clark. Desde então, muitos outros economistas, e em particular o francês Jean Fourastié, têm chegado independentemente a conclusões semelhantes e em alguns casos corrigido os verditos de Colin Clark.

É claro que já se sabia que a economia moderna estava em processo de desenvolvimento, seja por causa do crescente número de operários ou por causa do aumento de rendimento

individual. O fenômeno tinha sido registrado, algumas vezes mesmo descrito e analisado pelos economistas clássicos; mas há trinta ou quarenta anos atrás, os especialistas não lhe atribuíam peculiar importância. Foi a experiência da grande depressão que levou numerosos economistas, entre os quais J. M. Keynes e Alvin Hansen, a especular sobre certos aspectos do fenômeno conhecido sob o nome de maturidade. É verdade que a teoria da maturidade implicava, ao menos parcialmente, numa teoria do desenvolvimento a longo prazo. Supunha uma transformação na natureza do desenvolvimento de acordo com o estágio atingido, tornando-se mais raras, com o amadurecimento da economia, as oportunidades de investimento lucrativo. Nos termos em que o colocaríamos hoje, êles levantaram o problema de se o desenvolvimento, a partir de um certo ponto, não tenderia a ser mais ou menos paralisado se se mantivesse dentro da estrutura de uma economia privada (caracterizada pelos mecanismos de mercado e as decisões de investimentos tomadas pela iniciativa privada). Mas a teoria da maturidade baseava-se na análise dos desenvolvimentos a curto e médio prazos. Hoje em dia, as considerações de longo prazo são levadas em conta diretamente, não como um subproduto da análise das crises e das emissões a curto prazo; a transformação econômica de um século a outro e por cima das flutuações de prazos curto e médio tornou-se matéria de estudos e teorias e, por isso mesmo, um campo de ação.

Os estudos de Colin Clark e Jean Fourastié dão uma representação quantitativa e unilinear do desenvolvimento. Se se toma a renda

nacional total dos vários países e se divide pelo número de habitantes ou operários, obtemos, respectivamente, a renda por habitante ou por operário; e fica então muito fácil colocar os diversos países numa escala ascendente de prosperidade, enfileirando desde os países subdesenvolvidos, com uma renda nacional de menos de 100 dólares *per capita* por ano, até aqueles cuja cifra correspondente gira em torno de 1500 ou até 2000 dólares. Como a renda *per capita* mostra um crescimento bastante regular, a cifra para a França em 1960 pode ser a mesma que a americana de algumas décadas antes. Se o progresso econômico é definido pelo aumento na renda anual *per capita*, o mesmo ponto será atingido por vários países em diferentes datas.

### **A Confusão Entre Crescimento e Progresso**

ESTUDOS desse tipo sugerem inevitavelmente uma idéia simplista de desenvolvimento, identificando-o com crescimento e progresso. Ainda não se distinguiram claramente esses três conceitos na literatura econômica. Se se confundem os três conceitos e a renda total é tomada como o único critério de desenvolvimento e crescimento, o resultado é uma visão unilinear da evolução histórica, como se ela tendesse para um fim, e um fim único. Todos os países são encarados como participantes de uma mesma raça; uns começaram mais cedo, outros mais tarde, sua velocidade mede-se por sua taxa de crescimento e todos eles alcançarão, no momento adequado, a mesma meta.

A segunda fonte da teoria moderna do desenvolvimento sugere uma interpretação par-

cialmente diferente e corrige a excessiva simplicidade e a natureza superquantitativa da interpretação anterior. Nas análises dos economistas, a disparidade em renda *per capita* entre a Guiné e os Estados Unidos, ou entre a Índia ou a China e a República Federal Alemã ou a Grã-Bretanha, é expressa em cifras que indicam um total de tantos dólares para um país e tantos para outro. Mas qualquer observador pode constatar que as diferenças quantitativas são sintomas de diferenças qualitativas. A organização do trabalho e os instrumentos de produção são fundamentalmente diferentes, assim como o é a distribuição de mão-de-obra entre os diversos tipos de trabalho: agricultura, indústria e comércio.

É verdade que os estudos sobre o crescimento econômico a prazo longo, como os de Colin Clark ou Fourastié, popularizaram a idéia da transferência da mão-de-obra dos setores primários para os secundários e terciários. O crescimento quantitativo depende da redução do setor primário (agricultura ou agricultura e mineração) em favor do secundário (indústrias manufatureiras) e o terciário (comércio, serviços públicos, arte, procura de lazer, educação). De acordo com Colin Clark, a desigualdade de salário explica a transferência de mão-de-obra. Segundo Fourastié, a desigualdade de velocidade do progresso técnico, quando se compara um setor ao outro, e as diferentes taxas em que é atingido o ponto de saturação na satisfação das necessidades primárias e secundárias, explica a diminuição da mão-de-obra empregada no setor primário e, num estágio posterior, no setor secundário.

Mas essas mudanças sucessivas na mão-de-obra e a proporção variável de cada um dos três setores nada mais são do que expressões quantitativas de fenômenos mais profundos e essencialmente qualitativos. Para haver mudança de uma sociedade tradicional e uma economia não desenvolvida — China, Índia, Guiné, Nigéria, Nordeste do Brasil ou Sul da Itália — para uma sociedade moderna e uma economia avançada — Norte da Itália, o Estado de São Paulo, ou os litorais este e oeste dos Estados Unidos — tem que haver necessariamente um aumento na renda por habitante e por trabalhador, e na proporção do trabalho empregado na indústria. Mas o processo de industrialização em si mesmo seria impossível, se não houvesse expansão na educação primária e profissional e se os operários não fossem treinados naqueles hábitos racionais que vão de encontro aos costumes imemoriais e que são indispensáveis para conquistar uma alta renda.

### **A Convergência dos Sistemas**

ENQUANTO o contraste entre os países subdesenvolvidos e os avançados nos força a admitir que o desenvolvimento significa não somente crescimento mas também transformação histórica, movimento de uma forma social a outra, uma comparação entre a economia soviética e a ocidental nos conduz à conclusão de que muitos dos fenômenos característicos do desenvolvimento são comuns a ambas. A economia soviética e a americana, vistas da Ásia, são

duas versões diferentes de uma mesma forma social; sob os rótulos de construção socialista ou desenvolvimento econômico, ambas envolvem industrialização, urbanização, educação primária generalizada, expansão da educação secundária e superior, uma tendência em direção do núcleo familiar — em oposição à família extensa —, separação entre a vida familiar e o trabalho, entre o lar e o local de trabalho, a instituição de unidades de produção em larga escala, a rigorosa diferenciação da função social, e assim por diante.

Não é meu desejo emitir um juízo prematuro a respeito de duas questões que ainda estão sendo ardentemente debatidas: até que ponto são decisivas ou de importância secundária as diferenças que surgem da natureza dos regimes políticos e das ideologias? Há alguma coisa de verdadeiro na crença de que as sociedades e economias soviética e ocidental estão-se tornando mais semelhantes? Desejo somente notar que essa terceira fonte da teoria moderna do desenvolvimento sugere, se não uma terceira via de acesso, pelo menos um terceiro ponto de partida ou maneira de colocar o problema. Lendo Colin Clark e Fourastié, tem-se a impressão de que tôdas as sociedades estão caminhando pela mesma estrada em direção à mesma meta. Comparando as sociedades subdesenvolvidas com as avançadas, toma-se consciência de uma transformação histórica, uma revolução humana e social, que diz respeito à humanidade inteira e está abrindo um novo capítulo na história da raça. Comparando a

sociedade soviética com as sociedades ocidentais, somos levados a refletir sobre o significado de ideologias em conflito e sobre as semelhanças que podem existir entre sistemas políticos que pronunciam, um sobre o outro, sentenças de exterminação.

## A Teoria da Sociedade Industrial

NÊSTE capítulo, aplicarei o termo *crescimento* ao aumento global ou por cabeça da renda nacional; *desenvolvimento* a êste aumento quando êle é o resultado de mudanças afetando mais ou menos a economia na sua totalidade; e *progresso* ao desenvolvimento quando êste parece corresponder às finalidades últimas da economia. É fácil e tentador considerar o desenvolvimento como sendo um mero crescimento, uma mera expansão do *status quo*, ou aumento do rendimento dos mesmos produtos pelos mesmos métodos. Na realidade, o desenvolvimento consiste não somente em aumentar a quantidade, mas também em produzir novos produtos por novos meios. Uma sociedade moderna encontra-se num estado de constante mudança assim como de constante expansão. A renovação, como a quantidade, é também uma obsessão, já que a primeira é inseparável da segunda.

Como se descreverá o tipo de sociedade a que o desenvolvimento conduz e que daqui em diante denominaremos moderna, industrial, ou científica? Alguns aspectos podem constituir ponto pacífico, começando com a organização do trabalho. Em vez de instrumentos manuais, o homem tem agora à sua disposição máquinas cada vez mais complexas; a quantidade de energia que um trabalhador pode agora obter torna possível maior rendimento do operário, uma revolução na agricultura e na mineração de modo a satisfazer as necessidades humanas e desenvolver engenhos técnicos capazes de resolver os velhos problemas do lar, da roupa,

transporte e comunicações, com uma variedade, de maneiras com a qual nem mesmo os utopistas sonharam. A exploração dos recursos naturais tem que ser reconhecida como uma característica dominante da sociedade moderna, sem precedente pelo menos no que respeita à quantidade. Ao mesmo tempo esse poder da técnica expressa uma nova atitude: a vontade de dominar o meio natural ao invés de ser por êle dominado e, além disso, uma preocupação com a medida, a organização racional e a previsão do futuro.

A medida — de horas de trabalho ou do rendimento — é fundamental naquela forma de proceder que costumava ser chamada de capitalismo, mas que é agora reconhecida como sendo característica de tôdas as sociedades modernas. A medida leva ao empenho em produzir mais no mesmo tempo, ou gastar menos tempo produzindo a mesma quantidade, ou produzir algo que renda mais em menos tempo. Mas para realizar essa ambição quantitativamente, é também necessário substituir os métodos usuais de trabalho e de organização por meio da reflexão e do cálculo, isto é, adotar o que Max Weber chama uma "atitude racional", ou o que é também conhecido como racionalização. A racionalização quantitativa envolve uma nova maneira de abordar o passado e o futuro. O passado, como tal, não é mais respeitável ou sagrado. O futuro não é mais encarado como uma repetição do que aconteceu antes ou como algo de inevitável. A tradição não é mais suficiente para ratificar uma autoridade ou uma instituição e, encorajados pelo sucesso, os homens estão decididos a levar avante aquêles

fatores quantitativos que determinam seu futuro, tais como o tamanho de uma dada população, os recursos ao seu dispor, e o seu padrão de vida. As sociedades modernas são as primeiras na História a justificar-se pelo seu futuro, as primeiras para as quais o lema: "O homem é o futuro do homem" aparece não tanto como uma blasfêmia, mas como um lugar-comum.

As sociedades modernas são definidas primeira e principalmente por sua organização do trabalho, isto é, suas relações com o mundo externo, seu uso das máquinas, a aplicação dos métodos científicos, e as conseqüências sociais e econômicas da racionalização da produção. É impossível, num estudo introdutório, dar uma definição da família, do Estado, e da natureza da cultura na sociedade moderna (porque todos os três podem assumir várias formas). Mas não há dúvida alguma de que êles são afetados pelo desenvolvimento e de que apresentam certas semelhanças em tôdas as sociedades avançadas: por exemplo, a família extensa tenderá a se reduzir ao seu núcleo; o Estado agirá através de uma burocracia racionalmente organizada e comparativamente centralizada; a cultura dispensada a milhões através dos veículos que atingem a massa expulsará as culturas locais ou se imporá a elas.

A sociedade avançada assim delineada, abarcando vários sistemas políticos e representando uma meta à qual tôda a humanidade está tendendo, corresponde de uma maneira marcante à concepção de sociedade moderna elaborada por Auguste Comte, seguindo Saint-Simon, dez ou vinte anos antes da descrição da

sociedade capitalista, feita por Karl Marx. Ambos constataram o flagrante aumento nos meios de produção. Ambos viram a afluência em massa dos operários às fábricas como um sintoma de modernismo, como o caráter original da organização social que estava surgindo. Ambos acreditaram que os novos métodos de trabalho eram, afinal, a causa e a característica essencial da sociedade moderna.

### Os Contrastes entre Comte e Marx

COMO então, perguntar-se-á, diferiam o positivismo e o marxismo na sua interpretação da sociedade moderna? A resposta, acho eu, é simples. Auguste Comte achava que os conflitos entre os proprietários dos meios de produção e os operários, isto é, entre capitalistas e o proletariado nada mais eram que uma doença de infância da sociedade industrial, que seria gradativamente eliminada à medida que a sociedade progredisse. Na sua opinião, a sociedade moderna era industrial porque a sua finalidade essencial, e talvez mesmo única, era a exploração dos recursos naturais de modo a melhorar as condições de vida. (Esta melhoria sendo, por sua vez, um meio em direção ao progresso moral).

Chamar a sociedade moderna de industrial não era tanto enfatizar a transferência de mão-de-obra do setor primário para o secundário, da agricultura para a indústria, quanto ressaltar a industrialização do trabalho na agricultura, assim como na própria indústria. A industrialização surge da aplicação da ciência e do espírito científico à exploração dos

recursos naturais. Neste sentido Auguste Comte poderia ter chamado a sociedade moderna de científica em vez de industrial.

Segundo Marx, por outro lado, o conflito entre os capitalistas e o proletariado era o fenômeno essencial que condicionava o presente estado da sociedade. Enquanto este conflito não fosse radicalmente eliminado através da revolta do proletariado e a propriedade coletiva dos meios de produção, a expansão dos meios de produção teria o duplo efeito de aumentar a pobreza das massas e intensificar os conflitos. A própria agudeza do mal seria, eventualmente, uma fonte de bem. A luta de classes aboliria os sistemas políticos que impedem que os benefícios da ciência se estendam a cada um.

A teoria da sociedade industrial elaborada por Auguste Comte dava pouco valor às diferenças entre os sistemas políticos porque recusava dar importância à forma de propriedade. Na opinião de Comte, mesmo que a propriedade dos meios de produção permanecesse em mãos privadas, teria, ainda assim, uma função social. Alguns indivíduos precisam ocupar os cargos, administrar e controlar, mas daí em diante, êle executará essas tarefas como um delegado ou representante da comunidade. O curioso é que esta teoria está de acordo com as idéias atuais e os inegáveis fatos da situação presente, tais como as indiscutíveis semelhanças entre a sociedade soviética e a ocidental, o relativo enfraquecimento da luta de classes nas sociedades avançadas, seja de um tipo ou do outro, a alteração no significado da propriedade privada e no papel que ela exerce onde ainda em vigor, e o reaparecimento de uma

forte autoridade nos empreendimentos industriais e no Estado, em países onde a revolução decidiu abolir as distinções hierárquicas de função e de comando.

### **A Concentração Urbana**

DURANTE os últimos dez anos, a idéia da sociedade industrial espalhou-se pelo mundo inteiro, embora não tenha encontrado aceitação universal, já que os russos recusam-se a acreditar que o Oriente e o Ocidente tenham algo em comum e consideram as duas formas de sociedade como inimigas mortais. Se bem que rejeitada pelos comunistas, a idéia da sociedade industrial é usada por ex-comunistas que vêem nela um signo de fidelidade ao marxismo, se não ao stalinismo (a semelhança entre os meios de produção em tôdas as sociedades avançadas justifica a comparação entre sociedades com diferentes sistemas políticos); é também usada na filosofia da História porque, quando se coloca a sociedade moderna no contexto geral da evolução histórica, é impossível furtar-se ao espanto ante o que é absolutamente nôvo na situação contemporânea.

Tôdas as sociedades históricas consistiram de uma massa de camponeses com uma maior ou menor superestrutura urbana (mesmo as cidades soberanas, que podiam parecer, à primeira vista, sociedades urbanas, não constituíram exceção). As sociedades modernas estão-se tornando essencialmente urbanas com um resíduo campesino. Os Estados Unidos empregam apenas sete ou oito por cento de sua mão-de-obra para alimentar a população inteira, e

não sabem o que fazer com o que sobra de sua agricultura. Tem-se que admitir, é claro, que eles possuem uma proporção muito alta de área de terra por habitante. Mas o progresso técnico da agricultura tem sido tal que a República Federal Alemã, com um espaço muito pequeno à sua disposição (um pouco mais de 200 000 quilômetros quadrados) fornece quatro quintos dos alimentos consumidos por uma população de 55 milhões de habitantes, e usa apenas dez por cento da sua mão-de-obra para isso. É verdade que a metade da humanidade é ainda subnutrida, mas êsse fato irrefutável apenas serve para demonstrar que a sociedade industrial não completou o avanço que Auguste Comte prognosticava para ela há pouco mais de um século. Sua profecia estava correta porque, embora nem tôdas as sociedades estejam organizadas numa base industrial, tôdas elas aspiram a êsse tipo de organização. Quanto àquelas que o rejeitam, consciente ou inconscientemente elas estão preferindo a morte e o conservantismo à vida e à mudança.

## As Deficiências da Teoria Marxista

A TEORIA do desenvolvimento, como acabei de dizer, é uma parte integrante das doutrinas científicas e das ideologias nos países do bloco oriental, tanto quanto no Ocidente. Mas a evolução da sociedade industrial é diversamente interpretada, conforme o autor da teoria se baseie em estudos feitos à maneira de Colin Clark ou na controvérsia sobre sistemas políticos; isto é, se êle considera a sociedade industrial como sendo industrial ou capitalista. O fato é que estão em voga, atualmente, duas análises rivais das tendências na sociedade moderna: a análise marxista, que tem sido mais ou menos posta em dia de modo a levar em conta os acontecimentos do século XX, e a análise de Colin Clark, Fourastié, e W. W. Rostow. O livro dêste último, *The Stages of Economic Growth* (Cambridge University Press), apresenta as implicações ideológicas e teóricas dos estudos dedicados ao crescimento a longo prazo da renda nacional total ou da renda por habitante ou por operário.

A análise marxista pressupõe a substituição sucessiva de um regime por outro, tal como está explicitamente delineado no *Manifesto Comunista* e no prefácio de *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*. Segundo êsse modo de ver, um sistema social e econômico é definido pela propriedade dos meios de produção, enquanto esta determina as relações de poder entre o povo engajado no trabalho e a

exploração de alguns por outros. A economia do mundo antigo é dita ter sido fundada na escravidão, assim como também a da Idade Média, e a economia capitalista na classe dos assalariados. O estabelecimento do socialismo aboliria a exploração do homem pelo homem e a apropriação da mais-valia por uma minoria de proprietários. (Talvez devesse também ser considerado o modo asiático de produção, caso em que ter-se-ia que levar em conta a apropriação da mais-valia pela classe do funcionalismo civil ou da burocracia estatal, mas êsse acréscimo, embora cientificamente necessário, é rarissimamente mencionado nas obras dos defensores da análise marxista ou, com poucas exceções, dos seus críticos).

De acôrdo com essa análise, a função do capitalismo é assegurar rápido desenvolvimento dos meios de produção ("Acumular, acumular, nisto consistem Moisés e todos os Profetas"); êsse desenvolvimento ressalta as contradições do regime, o qual, por causa da estagnação do desenvolvimento ou devido à sublevação das massas empobrecidas, ou pela ação combinada dessas duas causas, será abolido pela revolução.

### As Contradições Internas

QUANDO expressa nesses termos, a análise marxista obviamente não corresponde aos acontecimentos do século XX. A menos que o sistema americano seja considerado como socialista e a propriedade exercida pelas grandes corporações como coletivismo (e isso, apesar de tudo, pode ser menos contrário ao espírito do mar-

xismo do que era o stalinismo), é patente que, até agora, nenhuma revolução do tipo marxista seguiu-se à expansão do capitalismo ou à perfeita realização de um desenvolvimento maduro. A Revolução de 1917 teve lugar num país onde o desenvolvimento industrial estivera em progresso por trinta anos apenas; três anos de guerra levaram a condições que provocaram o colapso do tsarismo e possibilitaram aos bolcheviques a tomada do poder. O Partido Comunista Chinês saiu vitorioso de uma guerra civil que começara durante as primeiras fases de modernização do campo e as tropas de Mao-Tsé Tung foram recrutadas mais entre os camponeses do que entre o proletariado urbano. Os países da Europa Oriental foram “convertidos” à sovietação pela presença do Exército Vermelho no fim da Segunda Grande Guerra. Finalmente, ninguém sustentaria seriamente que o socialismo na Guiné ou em Cuba seja um exemplo de um movimento histórico do capitalismo para o socialismo, inevitavelmente acarretado pela contradição entre as forças e as relações de produção.

Anàlogamente, sem negar o testemunho dos fatos, é difícil sustentar que o capitalismo tenha conduzido à crescente pobreza e ao agravamento das contradições internas. Desde 1945, o crescimento das economias ocidentais tem sido mais rápido e mais regular do que o era entre as duas guerras, e não tem sido interrompido pelas mesmas severas recessões. É evidente que o aumento de produção beneficia a tódas as classes (embora em proporções desiguais) e o inegável fenómeno do consumo em massa é a resposta mais simples e mais

óbvia aos dogmatistas que acreditam no empobrecimento do proletariado. (1)

A análise marxista clássica não somente é irreconciliável com o testemunho da História, mas também contém debilidades internas. Para ser convincente, uma análise que apresenta a História como uma sucessão de sistemas deve basear a definição desses sistemas no princípio da importância primordial da infra-estrutura, a qual por sua vez é determinada pela propriedade dos meios de produção e pelas relações sociais que daí resultam. Ora, é claramente falso que uma economia possa ser adequadamente definida pelo simples fato de que os meios de produção são de propriedade privada, se a expressão “propriedade privada” abrange pequenos lojistas, grandes empresas industriais, e os grandes proprietários de terra da Espanha ou do Brasil. Dizer, em 1964, que as economias dos Estados Unidos, Espanha, Irã e Argentina são tódas capitalistas não é uma afirmação muito instrutiva, porque concilia diferenças substanciais, e talvez decisivas, entre economias cujo único traço comum é que elas não são governadas pelo Partido Comunista, e toleram a propriedade privada dos meios de produção! Dentro da estrutura da propriedade privada dos meios de produção, há tantas variações nas formas de produção, na produtividade, nas formas de vida privada e de governo, que a aplicação do conceito de capitalismo a tódas as sociedades não soviéticas é desprovida de valor científico. O abismo entre o capitalismo dos capitães da indústria da década de 1880 e o capitalismo de 1964 parece desprezível somente ao teórico que, em princí-

pio, nega a possibilidade de reformas sem revolução.

Anàlogamente, e mesmo de modo mais definitivo, é ridículo considerar como sendo socialista, no pleno sentido da palavra, qualquer sociedade em que os meios de produção são de propriedade coletiva, um Partido Comunista está no poder e um plano quinqüenal é julgado indispensável. Sabemos que tal regime pode ser desgraçado por um culto da personalidade ou pela violação da legalidade socialista. Não podemos deixar de notar que, em todos os países que proclamam sua fé marxista-leninista, instituições representativas cessaram de existir e os intelectuais perderam sua liberdade pessoal. Devemos concluir que o autoritarismo ou mesmo o totalitarismo são concomitantes necessários do planejamento, da propriedade coletiva, e do poder do Partido Comunista? Digamos antes, com precaução científica e de modo a não nos comprometermos sôbre o futuro, que a propriedade coletiva dos meios de produção não é mais adequada como uma definição de um sistema econômico, e *a fortiori* de um sistema político, do que a aplicação do termo capitalista às sociedades ocidentais.

### Os Atrativos da Simplicidade

ESSAS observações parecem-me tão evidentes, e de fato são tão banais, que estou convencido de que o verdadeiro problema encontra-se alhures. Por que reteve a análise marxista sua popularidade através do mundo? Por que é ainda discutida como se ainda fôsse válida? Vejo três respostas possíveis.

Em primeiro lugar, o marxismo, ou pelo menos um certo ramo do marxismo, tem sido elevado à dignidade de filosofia oficial, na União Soviética. A Rússia é, atualmente, uma das duas maiores potências do mundo, é um centro de atração, provoca sentimentos de simpatia e suscita as esperanças de milhões pertencentes às classes menos favorecidas de todos os países do mundo. O comum dos mortais, e mesmo homens altamente cultivados, não reagem a uma filosofia oficial como o fazem a uma hipótese científica.

Ao mesmo tempo, com o auxílio de umas poucas idéias adicionais, não é impossível alinhar a análise e os fatos, ao menos superficialmente. Se concordamos em dar o nome de capitalista a tôdas as sociedades sem propriedade coletiva nas quais o Partido Comunista não mantém o poder, se estabelecemos como um princípio que a revolução anticapitalista ocorrerá no elo mais fraco da corrente (metáfora de Trotsky) e se acrescentamos que o elo mais fraco encontra-se no capitalismo nascente de uma sociedade predominantemente do tipo feudal, se supomos que o imperialismo colonial ou semicolonial é uma consequência inevitável das contradições capitalistas e que a revolta antiimperialista é também uma consequência necessária da exploração dos países subdesenvolvidos, então os fatos proeminentes do nosso tempo — a Revolução Russa de 1917, a descolonização, e o anticapitalismo dos países subdesenvolvidos — podem ser transpostos para uma fraseologia marxista e parecem então confirmar a sua exatidão.

Em terceiro lugar — e êste é o ponto essencial — enquanto as contradições do capitalismo, o empobrecimento e a crescente exploração das massas não se vêem dentro de uma certa nação, elas parecem ter-se transferido para o palco internacional na forma de uma maior disparidade, que é a que existe entre as nações ricas e as pobres. Essas últimas tendem a concluir que Marx estava certo e que o desenvolvimento de um tipo de país implica no subdesenvolvimento do outro, e, na realidade, é feito às custas dêste.

Esta ilusão de ótica, que encontra muito maior aceitação entre aquêles que sofrem o problema, na medida em que lança sôbre outros a responsabilidade dos seus infortúnios, parece-me ser a razão básica da atual popularidade da análise marxista. Nem é fácil dissipar esta ilusão, já que ela tem suas raízes na experiência de séculos. Enquanto os regimes econômicos eram mais ou menos estacionários, enquanto a riqueza era uma quantidade mais ou menos constante e que provinha principalmente de terras, metais preciosos e proveitos comerciais, ou mesmo se constituía dêsses bens, a possessão de riquezas por uma parte da população significava que outra parte tinha de ser pobre. Esse não é mais o caso quando a economia é essencialmente progressiva, quando a fonte de riqueza é o trabalho, e a quantidade de riqueza à disposição da comunidade depende da qualidade e da eficiência do trabalho realizado. De ano para ano, uma certa comunidade atualmente produz maior quantidade de mercadoria, não às custas de outros, mas porque sua mão-de-obra é capaz de um maior rendimento. Pode

ser que a comunidade compre mais matéria-prima do exterior, mas paga por ela, e os países produtores (pondo de lado, por enquanto, a questão dos preços), têm, por sua vez, mais *chance* de enriquecer, por causa do desenvolvimento dos outros, e não apesar dêle.

## Os Ricos e os Pobres

É, PORTANTO, essencial insistir neste ponto que, apesar de óbvio, tem sido por muitos ignorado: na era da sociedade industrial, não há contradição entre os interesses dos países subdesenvolvidos e os dos países avançados. Os primeiros podem progredir sem que os últimos percam terreno. E, mais que isso, o progresso numa região auxilia o progresso nas outras (de qualquer forma, enquanto a provisão de matéria-prima permanece abundante e a área disponível é capaz de acomodar e alimentar a população). E se essas afirmativas parecem surpreendentes, por exemplo, aos brasileiros, que eles reflitam um momento nos contrastes entre as diferentes regiões do Brasil. Poder-se-á dizer que a pobreza da área improdutiva do Nordeste deva ser atribuída ao desenvolvimento e à comparativa riqueza do Estado de São Paulo? Pode-se ainda dizer que o desenvolvimento do Nordeste seria impossível sem o correspondente empobrecimento de São Paulo? A resposta é, evidentemente, negativa. Os brasileiros do Nordeste podem achar que São Paulo não faz uma contribuição suficientemente grande para a melhoria dos Estados pobres da Federação; os contribuintes de São Paulo, por outro lado, podem ser da opinião de que uma proporção demasiada de seus impostos é gasta com Brasília e Recife. Mas nenhum brasileiro, penso eu, concluiria que o desenvolvimento do Nordeste implica no empobrecimento de São Paulo. E de fato, já que a verdadeira riqueza depende da eficiência, por que deveria a hu-

manidade imaginar-se envolvida numa luta de morte, quando não há falta de recursos naturais e todos os homens podem aprender a tirar vantagem deles, mesmo se alguns ainda não sabem como fazê-lo?

Mas, dir-se-á, este balanço abstrato e teórico entre o desenvolvimento dos países menos favorecidos e o progresso dos afortunados não é tão importante quanto o são os próprios fatos; não são as primeiras potências imperiais responsáveis pelo subdesenvolvimento das ex-colônias? E a política dos países ricos encoraja ou estorva o desenvolvimento dos países pobres? Longos e detalhados estudos seriam necessários para dar uma resposta adequada a essas duas perguntas. Simplesmente indicarei a direção em que se encontram, provavelmente, as respostas.

Há um sentido em que a responsabilidade dos poderes coloniais é inegável. Desde que gozavam de soberania e tinham nas mãos o governo, eles são culpados na medida em que fizeram ou não certas coisas. Mas esse fato irrefutável não nos deve tornar cegos para com as diferenças de condições entre uma época e outra e as mudanças nas idéias e nos valores morais. A crença de que o conquistador é responsável pela prosperidade do vencido é bastante recente. Há um século atrás, a classe dirigente na Inglaterra não se achava com nenhuma obrigação dessa ordem para com os povos que lhe estavam sujeitos. Além disso, mesmo os próprios europeus não praticavam uma política de crescimento conscientemente e para seu próprio benefício. Nos territórios de além-mar, eles achavam que haviam cumprido

seu dever desde o momento em que tinha constituído uma administração eficiente, estabelecido a ordem, e introduzido uma pequena minoria dos "nativos" na ciência e na cultura ocidentais. Não se pode duvidar de que, assim procedendo, eles provocaram uma discrepância entre o aumento de população e o crescimento econômico. Mas teria sido diferente a situação se os países reduzidos ao estado colonial tivessem retido sua independência?

### Com ou Sem Senhores

É MUITO natural que os países que já foram colônias e que realizaram agora sua independência devam estar convencidos de que teria sido melhor terem sido sempre eles mesmos seus senhores; e não tentarei argumentar com eles que isso pode não ser verdade, porque é impossível prová-lo. A prova requereria uma comparação entre duas experiências estritamente semelhantes, cuja única diferença consistiria em que, num caso a independência teria sido mantida, enquanto que no outro, não. Mas em todos os casos onde tal comparação é possível, há um número demasiadamente grande de variáveis diferentes para que se possa tirar uma conclusão simples e definitiva. O desenvolvimento não tem sido nada melhor na Tailândia (que nunca foi colonizada) do que no Viet-Nam ou em Burma, nada melhor na Libéria do que na Costa do Ouro ou na Nigéria. O Japão experimentou um surpreendente desenvolvimento, a China ainda está atrasada, mas o primeiro escapou de ser um campo para as ambições européias precisamente porque

o líder que o dirigia era bastante inteligente e esforçada para organizar a sua própria industrialização, enquanto que a China viveu quase um século de perturbações internas e guerras civis antes que o Partido Comunista a submetesse ao poder absoluto e à impiedosa disciplina. É bastante difícil definir a diferença entre o que poderia ter acontecido e o que de fato aconteceu em países sujeitos a um governo colonial no sentido estrito do termo, é ainda mais difícil no caso dos países que mantiveram a sua soberania segundo a definição legal do termo, mas foram dominados por outras potências, e talvez mesmo por elas explorados. Devemos culpar a América do Norte pelo atraso da América Latina nos séculos XIX e XX? Pode-se dizer que as corporações americanas impediram a industrialização nas áreas em que se estabeleceram? Como se pode logo imaginar, em casos como estes há uma forte tentação, para ambas as partes, de culpar a outra. Por um lado, pode-se dizer que os países latino-americanos, se assim tivessem desejado, poderiam eles mesmos ter criado as indústrias que permitiram nascer com a ajuda do capital americano. Por outro lado, pode-se alegar que os capitalistas americanos tiveram lucros excessivos e que, em certos casos, remeteram seus lucros de volta para o seu próprio país, intimidaram governos fracos, e assim contribuíram para tornar mais lento o desenvolvimento. Os dois pontos de vista não são mutuamente exclusivos e não é senão humano preferir um ao outro.

Atualmente, os países avançados rivalizam entre si em proclamar sua intenção de vir em

auxílio dos países menos favorecidos. Ao que os representantes dos últimos replicam, algumas vezes não sem justificação, que os fatos não estão sempre de acôrdo com as palavras e que os têrmos do intercâmbio muitas vezes resultam na exploração dos produtores de matéria-prima, para vantagem das economias industrializadas, isto é, em última instância, exploração do subdesenvolvido pelo avançado. Não subestimo a importância do fenômeno, mas acho que é um êrro acreditar ser isso uma política deliberada da parte dos governos ou das corporações.

Qualquer país que dependa, para 50 ou 60 por cento do seu orçamento, do dinheiro estrangeiro na venda de um único produto, como café, estanho ou chumbo, está certamente numa posição nada invejável. No caso da agricultura ou de matéria-prima, o risco de uma superabundância no mercado é sempre considerável e, desde que a elasticidade da demanda não é muito grande, uma sobra comparativamente pequena é bastante para causar um sério colapso nos preços. Mas não é fácil para os governos e as corporações, mesmo que suponhamos que estejam agindo com tôda a boa vontade do mundo, controlar flutuações nos preços e assegurar um lucro estável.

### **Uma Falácia Sôbre a Exploração**

HÁ dois pontos básicos nesse assunto. Em primeiro lugar, quaisquer que sejam os esforços que se podem fazer para organizar os mercados mundiais em matérias-primas, os países em processo de desenvolvimento não devem

depender de um único produto: a variedade de safra assim como a industrialização já são indispensáveis para a prosperidade, o equilíbrio econômico, e a independência de todos os países, os quais, assim procedendo, só poderão melhorar no futuro.

O segundo ponto, que não será tão prontamente aceito, é que os países altamente industrializados não devem sua riqueza ao baixo custo das matérias-primas, assim como também não a devem à escravização ou à exploração das colônias. Isto não quer dizer que os impérios coloniais não tirem vantagens substanciais de suas possessões, ou que taxas favoráveis de câmbio não sejam bem recebidas pelos países altamente industrializados. O fato, porém, é que eles não dependem desses fatores que são fatores marginais.

O exemplo dos países europeus proporciona uma prova eloqüente dêste fato. A Holanda, antes da guerra, tirou dezessete por cento de sua renda nacional da Indonésia; agora, perdeu seu império e no entanto nunca esteve tão próspera ou teve tão alto índice de crescimento (cêrca de 4 por cento por membro ativo da comunidade entre 1950 e 1960). O mesmo acontece com a França e a Grã-Bretanha (a despeito do fato de que o índice de crescimento da última, durante os últimos dez anos, tem sido menor do que o dos outros países europeus). O fato, na verdade, é compreensível. No caso dos países avançados, o custo da matéria-prima representa menos de 15 por cento da renda nacional total. Mesmo as flutuações violentas nos preços das matérias-primas têm apenas um efeito limitado na renda nacional total dos

países industrializados, que ainda permaneciam ricos se tivessem que pagar 50% mais por certos produtos básicos. No máximo uns poucos países — e em particular a Grã-Bretanha — teriam maior dificuldade em manter sua balança de pagamentos. Mesmo assim, poderiam vender mais aos produtores de mercadorias primárias se os preços destas fossem mais altos.

Daí se segue que a análise marxista da evolução econômica não é mais verdadeira como uma interpretação das relações entre nações do que como interpretação das relações entre classes. Os países ocidentais não estão condenados à extinção pela perda de seus impérios e a revolta dos países subdesenvolvidos. Estes, para assegurar seu próprio progresso, não necessitam declarar guerra ao Ocidente e nem é do seu interesse fazê-lo. As tensões e os conflitos, tanto econômicos como psicológicos, são muitos e variados dentro das nações ou entre uma nação e outra, seja em matéria de preço de mercadorias e de serviços ou de distribuição de riquezas. Mas o volume de riqueza não é mais uma quantidade fixa, mas se expande com o crescimento na parte da humanidade que é capaz de aplicar a ciência à indústria. Com ou sem industrialização, haverá sempre controvérsias mas, se se permitir que a razão prevaleça, não haverá luta de morte.

A ANÁLISE da evolução econômica apresentada por W.W. Rostov baseia-se, como já se disse, não na natureza do sistema particular, mas nas fases do crescimento, distinguindo cinco estágios: *a sociedade tradicional, as condições prévias para o impulso inicial, o impulso inicial, (2) o caminhar para a maturidade, e a época do consumo em massa.*

A teoria de Rostow tem muitos aspectos recomendáveis. Ela substitui a obsessão de estágios determinados pela natureza do sistema econômico-social (i.e., feudalismo, capitalismo, socialismo) pela concepção de estágios determinados pelo nível da renda nacional e da industrialização. Combinando os resultados dos estudos de Colin Clark com sugestões provenientes de uma comparação da economia soviética com as economias ocidentais, Rostow tenta descobrir o modelo de desenvolvimento seguido por *tôdas* as economias no processo de modernização. Ao mesmo tempo, a sua teoria evita as desvantagens do determinismo rígido; reconhece a variedade das políticas de expansão em cada fase, bem como as muitas escolhas possíveis que se apresentam, primeiro quando a maturidade é atingida, e depois no período do consumo em massa. Mesmo assim, acho a teoria ao mesmo tempo demasiado restrita e demasiado vaga.

O conceito de sociedade tradicional parece-me de pouca utilidade quando se o supõe aplicável a *tôdas* as comunidades subdesenvolvidas. O único aspecto que estas têm em comum

é, como vimos, que elas não são nem modernas nem industrializadas. Tôdas as sociedades do passado são colocadas dentro da categoria única de "sociedade tradicional", sejam elas as comunidades arcaicas da Nova Guiné, as tribos negras da África, ou as velhas civilizações da China ou da Índia. Um conceito tão amplo não é realmente muito útil e dificilmente se pode dizer que a tarefa de modernização apresente os mesmos problemas em contextos tão diferentes.

Quanto ao segundo estágio — as condições prévias para o impulso inicial — podemos perguntar se realmente importa numa fase à parte. É verdade que o impulso inicial supõe mudanças profundas, sociais, psicológicas, e políticas, assim como econômicas. Mas ou esta fase é determinada por características quantitativas e econômicas (tais como a criação de uma infraestrutura de comunicações, um progresso na produção agrícola, e construção das primeiras fábricas), e nesse caso pode-se duvidar se ela é realmente diferente da terceira, o impulso inicial propriamente dito, ou então, se é uma função da modernização política e psicológica, i.é., de uma nova atitude em relação ao trabalho por parte dos operários e dos governos, e neste caso não é tanto em si mesmo, um estágio claramente definido quanto um processo contínuo que acompanha tôdas as fases de crescimento. Os governos franceses da década de trinta ainda pregavam a doutrina do equilíbrio entre agricultura e indústria, revelando assim um surpreendente desconhecimento da natureza fundamental do modernismo. Mas, qualquer que seja a definição qualitativa e quantitativa

que se prefira, a compreensão dêsse estágio permanecerá obscura se não se sair das generalidades, porque os pontos de partida da modernização são profundamente diferentes conforme o advento da sociedade industrial seja fruto de um desenvolvimento interno e espontâneo ou, pelo contrário, um resultado do contato com o Ocidente.

### **Transição para Quê?**

O TERCEIRO estágio, o do impulso inicial propriamente dito, é considerado como um período de transição que conduz a um crescimento estável e cumulativo; deve implicar no aumento da proporção da renda nacional dedicada aos investimentos até pelo menos 10% da renda total e, em cada caso, ser realizado pelo rápido crescimento de certos setores da indústria, como por exemplo têxtil ou ferroviária. O problema é decidir se o impulso inicial, com suas três características principais (o investimento de 10% da renda nacional, um setor industrial com uma rápida taxa de crescimento e o estabelecimento de uma estrutura institucional adaptada às necessidades da modernização), pode ser calmamente discernido na história econômica das atuais sociedades avançadas. Tem-se que admitir que os especialistas em história econômica francesa nada encontraram que distinguísse os anos de 1830/60 dos que os precederam e os sucederam. No caso da Grã-Bretanha, diz o autor que o impulso inicial começou entre 1780 e 1800, a maturidade foi atingida em 1850 e o consumo em massa começou em 1940. O intervalo entre a maturidade e o consumo em massa é dito não ocorrer nos casos

mais recentes, e é explicado pelas condições sociais e econômicas da Inglaterra no século XIX, tais como a desigualdade de rendas e a ausência de bens de consumo duráveis.

Mas pode-se perfeitamente duvidar de que o conceito de impulso inicial, tão dificilmente aplicável à história passada dos países avançados, seja realmente apropriado ao tempo presente. Será verdade que, quando o investimento excede uma certa proporção, o crescimento contínuo está garantido? Existe um ponto além do qual uma economia se mantém num estado de crescimento, do mesmo modo que um avião permanece no ar? A experiência dos anos entre as duas guerras não deve ser esquecida, e devemos lembrar-nos de que a economia francesa declinou na década de trinta, embora tenha alcançado a maturidade em 1910. Um índice de natalidade muito elevado ou muito baixo pode levar de roldão uma economia que começava a planar.

De qualquer modo, pode-se muito bem duvidar até que ponto os problemas e os estágios são os mesmos nos países que criaram uma sociedade industrializada e naqueles que importaram ou imitaram a industrialização; até que ponto, por exemplo, pode o impulso do Brasil em 1960, levado a efeito com o auxílio de técnicas modernas e por uma população que aumenta à razão de mais de 3% ao ano, ser comparado ao impulso inicial da França em 1830, quando os antibióticos, geladeiras e automóveis eram desconhecidos. Os progressos na higiene aumentam as aflições da população, e a produção em massa dos bens de consumo estimula o próprio consumo. Os problemas podem ter

alguns pontos em comum, mas, ao mesmo tempo, são notavelmente diferentes.

Nenhuma destas considerações, com as quais Rostow, de qualquer modo, provavelmente concordaria, refuta sua teoria. Mas tomadas em conjunto, elas conduzem às seguintes conclusões metodológicas: teria sido preferível começar por decidir sobre a natureza da sociedade industrial à qual os estágios de crescimento estão conduzindo, em vez de tomá-los como fases idênticas de um processo de evolução, cuja tendência permanece incerta. Deveria ter sido feita uma distinção entre crescimento espontâneo e crescimento indireto, entre a criação e a imitação de uma sociedade industrial. Teria também sido útil determinar os aspectos comuns a todas as sociedades em processo de modernização, bem como os diferentes padrões de crescimento. Finalmente, teria sido sensato levantar diretamente o problema dos vários tipos possíveis de sociedade industrial.

### **Os Perigos Permanentes**

É VERDADE que Rostow tem o cuidado de não afirmar que a União Soviética se tornará mais democrática à medida que caminha para o estágio do consumo em massa, nem que, por outro lado, os Estados Unidos se tornarão mais socialistas à medida que o capitalismo americano atinge uma mais plena maturidade. Pelo contrário, êle indica que várias possibilidades estão abertas para os países que chegaram a um certo estágio do desenvolvimento. Uma vez atingida a maturidade, um país pode escolher uma política externa ambiciosa, um Estado voltado

para o bem comum e caracterizado por leis sociais, ou uma melhoria no padrão de vida. No estágio do consumo em massa, seus recursos são ainda maiores e, conseqüentemente, a margem de escolha é ainda mais larga. Pode-se dizer, por exemplo, que a nação americana, ou melhor ainda, as famílias americanas, decidiram ter mais filhos; o aumento resultante da população infantil deu novo estímulo ao consumo.

Mas na minha opinião, Rostow não foi bastante longe na sua análise das várias alterações históricas. Os marxistas sustentaram erroneamente que o imperialismo foi uma conseqüência das contradições do capitalismo, e as guerras européias, uma conseqüência de rivalidades imperialistas. Rostow não vê com bons olhos qualquer ligação estrita e determinista entre as guerras européias e uma fase particular de crescimento, mas apresenta o imperialismo como uma das tentações da maturidade econômica, e a melhoria do padrão de vida, como um substitutivo para as ambições externas. Para mim, a guerra e o imperialismo são perigos permanentes, inseparáveis de um sistema internacional que repousa sobre soberanias militares rivais. É difícil decidir se o aumento de recursos, que é o resultado do crescimento, incentiva as nações na direção do pacifismo, ao lhes proporcionar os instrumentos de prosperidade, ou as incitam a adotar uma política agressiva, aos lhes permitir acumular os meios de destruição.

Analogamente, escreve Rostow: "O comunismo aparece... como uma forma particularmente inhumana de organização política capaz

de iniciar e sustentar o processo de crescimento em sociedades onde o período das condições prévias não produziu uma classe média comercial significativa e ousada e um consenso político adequado entre os líderes da sociedade. É uma espécie de doença que pode atacar uma sociedade em fase de transição, se ela não consegue organizar, efetivamente, seus elementos internos que estão preparados para levar avante a tarefa da modernização." Não há dúvida de que a Revolução Russa de 1917 ocorreu durante um período de confusão criado pelo início da modernização. Mas isso não é uma prova conclusiva de que um sistema de partido único seja inadequado para uma sociedade tecnológica avançada nem também altera o fato de que, uma vez que uma das grandes potências se tenha convertido ao sistema e à ideologia comunista, outros serão arrastados pelo mesmo caminho, não por circunstâncias internas mas por causa da influência que pode exercer uma potência dominante.

O crescimento de cada nação tem a sua própria história. *A fortiori*, a modernização da sociedade humana considerada como uma unidade tem também a sua história, que é ao mesmo tempo única (*einmalig*) e peculiar (*einzigartig*); as nações atrasadas não repetem as experiências das vanguardistas, mas estão sujeitas à pressão material e moral exercidas pelas nações altamente desenvolvidas. Quando a França estava a pique de "levantar vô", não teve que considerar os respectivos méritos dos padrões de crescimento ocidental (europeu ou americano), soviético, chinês ou japonês.

## O Modelo Soviético e as Alternativas

NA MINHA OPINIÃO, a tentativa de Rostow para definir os "estágios de crescimento", como se todo país devesse atravessar as mesmas fases e seguir o mesmo caminho, é ao mesmo tempo prematura e metódicamente defeituosa. Eu preferiria partir do conceito de sociedade industrial e, depois de fazer uma distinção *grosso modo* entre um estágio inicial e um estágio de maturidade, tentar desenvolver os vários tipos de situação pré-moderna, assim como as diversas modalidades de padrões e políticas de crescimento.

Este emprêgo analítico e crítico da teoria do desenvolvimento seria o ideal para lançar luz sobre três problemas: Qual o sistema econômico ou político que melhor satisfaz às exigências de um determinado estágio? Que tipo de sistema é mais provável ocorrer em tal estágio? Finalmente, se é verdade que países diferentes seguem diferentes caminhos de desenvolvimento, será que eles tendem a se assemelhar quando a meta é atingida?

As duas primeiras perguntas são inteiramente distintas entre si, exceto nas mentes dos otimistas, que, confiantes na racionalidade da História, supõem invariavelmente que o que é mais desejável é mais provável de acontecer.

Uma opinião freqüentemente expressa é que o tipo soviético de sistema político e econômico é o mais eficiente durante o estágio inicial de desenvolvimento. Esta opinião, em-

bora largamente difundida, é entretanto surpreendente. Ou melhor, parece justificável somente se acompanhada de um certo número de reservas. Economicamente, um sistema do tipo soviético tem, inegavelmente, uma vantagem e um defeito principais. Sabemos por experiência que ele pode construir fábricas e transferir o excesso de mão-de-obra agrícola para as cidades e para a indústria. Mas em lugar nenhum conseguiu ajustar os camponeses à coletivização e remediar a relativa deficiência de víveres. A população chinesa sofre atualmente de subnutrição geral, e desde 1960 o país tem comprado, anualmente, várias centenas de milhões de dólares em alimentos, especialmente cereais, do exterior. A crise não é tão séria nos Estados europeus soviéticos, mas ela existe, como é corroborado pelos discursos de Krushev e pela recente (1962) alta nos preços das commodities básicas. Quando o primeiro plano quinquenal foi apresentado, o governo soviético decidiu pela coletivização da agricultura, não tanto talvez por convicção doutrinal quanto por um desejo de aumentar a percentagem da safra desviada das necessidades da população do campo para alimentar a urbana, que havia aumentado graças ao afluxo de operários à indústria. A percentagem foi, de fato, aumentada de 15% a cerca de 34%. Mas mesmo se não se considerar o fato de que a declaração de guerra aberta aos camponeses causou a destruição dos animais e a fome generalizada, é ainda verdade hoje que o método coletivista não é eficiente. O montante da produção obtida da terra não aumentou senão muito ligeiramente e as pequenas propriedades camponesas, que representam uma

proporção absurdamente pequena da área agrícola total, continuam a produzir a totalidade de carne e laticínios. A Rússia, que tinha, de início, uma base agrícola mais vasta, conseguiu emergir da crise da coletivização e atingir um objetivo mínimo, pelo menos. Mas na China, onde as condições iniciais eram muito menos favoráveis (um alto índice de crescimento demográfico, um equilíbrio menos favorável entre a área cultivada e o volume de população, e uma tradição de agricultura intensiva), há uma ameaça de carência, tanta, aliás, que o rendimento industrial não está mais avançando, mas tem diminuído durante os últimos dois anos.

#### **A Prioridade Absoluta do Crescimento**

A VANTAGEM do sistema soviético, se se considera o crescimento, não como uma prioridade, mas como um absoluto, está no nível político: na organização da educação em massa, na criação de uma burocracia centralizada trabalhando sobre bases racionais juntamente com uma poderosa autoridade estatal assente sobre um partido único, e no uso simultâneo da coação e do entusiasmo organizado para criar e manter a vontade coletiva de se desenvolver e assegurar a aceitação dos sacrifícios envolvidos na edificação do Estado socialista. Não subestimo os monumentos de aço e concreto que os planejadores soviéticos conseguiram afinal erigir, mas o custo foi considerável, de tal modo que qualquer um que se mantenha fiel à herança humanista e liberal do Ocidente pode legitimamente esperar — não somente em seu próprio interesse, mas também por causa dos povos di-

retamente envolvidos — que os países subdesenvolvidos garantirão seu impulso econômico inicial sem se modelar pelo comportamento de Stalin.

Além disso, não há nenhuma razão geral para que os países em desenvolvimento devam ser condenados a passar por uma fase soviética. Entre as alternativas preferíveis, o exemplo mais impressionante de sucesso é dado pelo Japão, não apenas o Japão contemporâneo, onde o índice anual de crescimento da renda líquida nacional é maior do que 10% (durante muitos anos foi mais de 14%), mas também o Japão da Restauração de Meiji, entre 1870 e 1930. Durante esse período, sob a influência de um grupo esclarecido da classe dominante tradicional, o Japão modernizou suas instituições de governo, seu serviço civil, sistema legal, escolas e universidades. Politicamente, o regime era autoritário, mas com instituições representativas e uma ampliação gradativa das liberdades individuais e intelectuais. Economicamente, a reforma agrária revolucionou a situação dos camponeses, e o capital necessário à industrialização era tirado em parte dos antigos proprietários de terras e em parte das poupanças acumuladas por todas as classes. O ponto essencial era o caráter global da transformação; as reformas, tais como a educação universal e compulsória e a racionalização do sistema legal e do serviço público, eram impostas de cima para baixo; graças à solidariedade entre as grandes famílias envolvidas nos negócios do Estado, criou-se uma classe de *entrepreneurs* semipúblicos e semiprivados; antigas atitudes eram, ao mesmo tempo, mantidas e renovadas

através de uma síntese do tradicionalismo e da ocidentalização.

### **As Condições para o Impulso Inicial**

À LUZ DESSA experiência, seria possível enumerar as condições que são necessárias em toda parte que ocorra o "impulso inicial". São elas: o estabelecimento de um Estado moderno, isto é, um Estado no qual o serviço público e a legislatura tenham sido racionalizados, onde a educação no estilo ocidental tornou-se difundida, onde exista uma classe de *entrepreneurs* e onde o capital necessário ao investimento tenha sido acumulado. Não é com frequência que uma classe dominante, sobrevivente do período pré-moderno, mostra-se capaz de tal dinamismo revolucionário. Mas é também claro que vários sistemas, e não apenas o comunista, podem fornecer êsse conjunto de condições.

Qual é o sistema mais plausível? Acho que não há nenhuma resposta definitiva para esta pergunta. No século XIX, os países que estavam a pique de "decolar" não mostraram nenhuma necessidade de uma técnica especificamente soviética. Mesmo a Rússia czarista havia, com sucesso, começado a se industrializar, sem recorrer às medidas extremas que, mais tarde, caracterizaram a era de Stalin. Eu não chegaria a sustentar, como faz Rostow, que a Rússia czarista teria resistido com sucesso à Revolução Bolchevique se não tivesse havido a guerra de 1914 ou se ela tivesse ocorrido dez anos mais tarde. Mas não é absurdo dizer que dez anos mais tarde, graças ao progresso eco-

nômico que já estava a caminho, o regime czarista teria sido muito diferente e teria estado muito menos em perigo diante do tipo de golpe que deu a Lenine e seus companheiros a sua *chance*, depois de três anos de guerra.

A probabilidade de um sistema do tipo comunista vir a medrar não mais depende inteiramente das condições internas do país em questão, mas também da situação mundial. No princípio deste século, modernismo significava liberdade política e a existência de um parlamento; agora significa industrialização e planejamento. A posição geográfica do país e o condicionamento ideológico de seus revolucionários determinam agora, e continuarão a determinar, o sistema adotado por qualquer país em particular, tanto ou mais do que os fatos básicos, demográficos ou econômicos, ou as necessidades do desenvolvimento.

De um modo bastante paradoxal, uma confirmação deste argumento é fornecida por Cuba. De todos os países latino-americanos, Cuba era um dos que menos necessitavam de uma revolução conforme o modelo soviético. A Ilha não era superpovoada; em matéria de renda por habitante, estava em terceiro lugar entre os países latino-americanos; obtinha cerca de seiscentos milhões de dólares por ano pela exportação de açúcar e uma classe média estava surgindo nas cidades. A falta de instrução era ainda comum nos distritos do país (mais de 40% não sabia ler nem escrever). Era importante que a economia não dependesse de um único produto agrícola e era desejável que a industrialização fosse realizada com a intervenção do capital e dos *entrepreneurs* cubanos de

modo a reduzir a dependência para com a América, mas nenhuma revolução era necessária para garantir o impulso inicial. Mesmo a nacionalização das corporações americanas não tornaram inevitável o rompimento com a América.

### **A Dialética do Fidelismo**

**NÃO FOI** A necessidade econômica, mas a dialética do mal-entendido e da hostilidade e a força dinâmica das idéias e das personalidades que fizeram com que a revolução, simbolizada e expressa por Fidel Castro, acabasse na sovietação, depois de ter sido ativamente promovida pelas classes médias urbanas. Os observadores divergem do grau de responsabilidade a ser atribuído à falta de tato da política americana ou ao sentimento faccioso por parte do próprio Fidel Castro (ou dos comunistas Raul Castro e Che Guevara), no desenrolar dos acontecimentos entre 1959 e 1961. Mesmo se se está inclinado a pensar como eu, que uma política mais compreensiva por parte da América não teria alterado o resultado, sempre persistem e persistirão dúvidas a respeito. Mas seja qual for a interpretação finalmente adotada é impossível desmerecer o papel exercido por um ou mais indivíduos. Fidel Castro, por exemplo, depois que tomou o poder, dissolveu todos os partidos exceto o Partido Comunista e recusou-se a providenciar uma organização para o seu Movimento de 26 de Julho. Foi êle, em última análise, quem escolheu ser o primeiro chefe de uma República Soviética no Hemisfério Ocidental,

em vez de ser o fundador de uma república de classe média próspera e liberal. Megalomania, antiamericanismo, o "progressismo" político, típico dos intelectuais latinos, estejam êles às margens do Sena, em Havana, ou no Rio de Janeiro — estas várias tendências e motivos sem dúvida respondem pelas palavras e pelos atos de um homem que, o que quer que o futuro guarde, é responsável por um evento que conatará na História.

Pode-se perguntar se o presente regime corresponde às necessidades de Cuba no que respeita à modernização. Só a experiência mostrará. Por enquanto, o regime enfrenta dificuldades consideráveis, mas estas, de qualquer modo, pouco provam, no que toca à tecnologia. É evidente que, substituindo a dependência para com a América pela dependência para com o bloco soviético, importando por mar de países distantes e trocando a maior parte da colheita de açúcar em vez de vendê-la por dólares, o regime de Castro está impondo a si mesmo uma tarefa que é, para dizer o mínimo, difícil. Não é a técnica de modernização que está em questão, mas uma política diplomática vinculada a um rompimento com o Hemisfério Ocidental e a uma integração no bloco russo ou chinês.

### **O Modelo para o Planejamento**

**ISSO NOS LEVA** a uma segunda pergunta: qual é o sistema mais provável na fase inicial de industrialização? Aqui, também, é impossível dar uma resposta geral e definitiva. Pode-se tomar como garantido que, pelo menos no mun-

do moderno, as primeiras etapas da modernização envolvem um maior grau de intervenção estatal e o exercício de um papel mais importante por parte do funcionalismo e do investimento públicos, onde faltam os *entrepreneurs* e o capital privado. É também improvável que os países em processo de desenvolvimento consigam aliar instituições representativas, sufrágio universal e participação ativa no governo por parte das massas. Onde as massas já são ativas, é provável, para dizer o mínimo, que vingue uma ou outra das muitas formas de sistema autoritário com partido único. Mas os inevitáveis aspectos políticos e econômicos de tal sistema de modo nenhum importam na sovietação. As *chances* de perigo de uma revolução do tipo soviético num país em processo de desenvolvimento aumentam ou diminuem de acordo com vários fatores: o contexto internacional, o comportamento da classe dominante, a composição do Partido Comunista, e o papel exercido por indivíduos e incidentes.

Em algumas áreas, o antiamericanismo favorece os partidos que pregam a União Soviética como modelo, já que o povo é levado a pensar erroneamente que há uma espécie de diferença absoluta entre a América e a Rússia, e assim a rejeitar a possibilidade de soluções intermediárias; sua aversão pela América é traduzida em simpatia pela União Soviética. Além disso, os padrões intelectuais atuais favorecem o planejamento mais do que o mercado livre, a indústria mais do que o parlamento e a autoridade mais do que os direitos do indivíduo.

Dentro de um determinado país, a tensão

aumenta ou diminui com os fatos da situação — a relação entre o tamanho da população e os recursos totais. Segundo suas tradições, crenças e temperamento, as massas são mais ou menos inclinadas a soluções violentas, mas, em última análise, o fator dominante é talvez o político mais do que o econômico. A fraqueza, a inépcia e as contradições dos governantes ajudam e facilitam os momentos subversivos. Se as massas estiverem sob a impressão de que o desenvolvimento está paralisado pela estrutura social, irão aos extremos assim que emergirem de sua longa passividade. É errado supor que o índice de crescimento determina a atitude das massas, que estão satisfeitas quando ele é alto e rebeldes quando é baixo. Ao contrário, índices de crescimento são apenas médias estatísticas e não decidem o comportamento turbulento, passivo ou resignado da população e das várias classes num determinado país. O que é certo neste nível de generalização é que, hoje mais do que nunca, as oligarquias corruptas e sem autoridade, que não conseguem introduzir as reformas que se sentem economicamente necessárias e moralmente imperativas pelo corpo da nação, estão cavando sua própria sepultura.

Nada há de surpreendente nesta conclusão. A principal virtude de um regime soviético, no que diz respeito ao crescimento, é política mais do que econômica. Estabelece uma forte autoridade no ápice e, por meio do partido único, assegura a transmissão de diretivas através da sociedade. Quando o regime existente é incapaz de governar ou de transmitir suas ordens, o modelo soviético parece oferecer uma solução.

Talvez possamos ir mais além, fazendo uma pergunta semelhante sobre as últimas fases do desenvolvimento. Quando uma comunidade atingiu um certo estágio de maturidade, exige algum regime particular, isto é, que regime mais conveniente e qual é mais provável? Esse tipo de indagação é de muito longo alcance. Se nos colocamos de acordo em que a criação ou o desenvolvimento de uma sociedade industrial é o alvo de todas as nações, será que esse alvo é suficientemente definido em si mesmo para que possamos concluir que todos os países que alcançam um estágio comparável de desenvolvimento tendem a se assemelhar mutuamente? Em outras palavras, será que os conflitos entre os diferentes tipos de regime tendem a desaparecer à medida que o progresso econômico se torna mais marcado?

## ○ Fim da Ideologia

**OUVEM-SE** as opiniões mais contraditórias sobre a situação ideológica atual. Algumas pessoas sustentam que estamos envolvidos numa luta de morte provocada pelo choque entre concepções do mundo incompatíveis, e o que está em causa é o controle das inteligências e toda a estrutura do futuro. Outros asseguram que as ideologias estão morrendo e que todas as nações gradativamente a compreender não apenas que são interdependentes mas também que suas realizações e aspirações são semelhantes. Formularei minhas opiniões próprias sob quatro títulos.

### **As Diferenças Estão Nos Meios**

1 — No nível social e econômico, todos os países de todas as latitudes e origens raciais expressam as mesmas aspirações, fundamentadas em valores basicamente iguais. Passou o tempo em que um Marechal de França podia pregar um retorno à terra. Ninguém hoje ousaria ser hostil à industrialização e à urbanização. Não há Estado ou regime que não proclame a sua ambição de aumentar e melhorar sua renda e de assegurar uma distribuição mais justa da produção assim aumentada. Isso pode ser, em alguns casos, o tributo que o vício paga à virtude, mas pode também ser um reconhecimento efetivo de valores que são hoje aceitos como inevitáveis. Ao mesmo tempo, o racismo é condenado em quase toda parte, em palavras se não em fatos, como se ninguém mais ousasse negar o destino universal da humanidade.

Conseqüentemente o conflito entre os sistemas soviético e ocidental, pelo menos nos assuntos sociais e econômicos, surge menos de diferenças nos fins do que nos meios. Os defensores da sovietação proclamam que somente a revolução pode assegurar o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição equânime dos frutos do desenvolvimento. Pregam ainda que a revolução só pode ser levada a cabo por um Partido Comunista todopoderoso. Finalmente, argumentam que só a revolução pode garantir a liberdade, já que, na ausência da revolução, os homens estão condenados à exploração e à escravização pelos proprietários dos meios de produção e pelos detentores dos monopólios. Todas essas afirmativas são, na minha opinião, sem fundamento. O sistema soviético, com seus métodos cruéis e sua abolição de qualquer liberdade pessoal, só me parece desculpável como um meio, inevitável talvez, mas em si mesmo deplorável, de realizar uma rápida modernização.

É verdade que o conflito entre as duas metades do mundo tem um significado muito maior no plano religioso. O Ocidente não é, propriamente falando, cristão, embora tenha muitos laços com a cristandade. Por outro lado, não é oficialmente ateu ou hostil à religião. Os Estados ocidentais adotam, como regra, uma atitude de neutralidade em relação à Igreja ou em relação à fé do indivíduo; não se deixam retardar por convicções religiosas que se misturam com verdades políticas. O Estado Soviético é diferente, pois é abertamente hostil às igrejas e impinge — como parte integrante de uma verdade política proclamada como a ver-

dade oficial e nacional — uma ideologia que exclui toda e qualquer crença no transcendente. Numa visão de amplo alcance, o verdadeiro conflito entre a União Soviética e o Ocidente diz respeito não tanto aos métodos de modernização econômica quanto aos direitos que possuem os homens de formar sua própria concepção do seu destino, para além e acima da edificação de pirâmides de aço e de concreto.

### O «Slogan» Desenvolvimento

2 — Nos países ocidentais, as querelas ideológicas herdadas do século XIX ou do princípio do século XX perderam atualmente sua virulência. O debate intelectual prossegue sobre até que ponto o planejamento deva ter precedência sobre os mecanismos de mercado, ou a propriedade coletiva dos meios de produção sobre a propriedade privada, mas mesmo entre os economistas profissionais apenas um pequeno número de especialistas se entusiasma pela questão, e ela parece ter perdido todo interesse para a massa da população. Na Europa Ocidental, a experiência dos últimos quinze anos mostrou que desenvolvimento é hoje o *slogan* tanto da direita como da esquerda e que, mesmo quando lhe cabe repartir a renda nacional, a esquerda não é a única a querer reduzir as desigualdades.

Num certo sentido, não seria errado definir os países avançados como aqueles em que a esquerda e a direita não mais se opõem na questão do desenvolvimento, porque este pode realizar-se sem mais mudanças fundamentais. Alguns sistemas, profissões ou empreendimen-

tos podem ser desfavoravelmente afetados pela expansão, mas seus representantes têm tanta probabilidade de tender para o *poujadismo*, que é considerado um movimento de direita, quanto para o comunismo, que é considerado de esquerda.

### O Vivo e o Morto

3 — É certo dizer que as ideologias estão mortas nas sociedades avançadas do Ocidente (se se toma uma ideologia como uma interpretação da história universal), mas a afirmação não se aplica aos países em processo de desenvolvimento. Estes são prêsas de uma controvérsia que é tão apaixonada quanto confusa.

Não somente eles hesitam entre os vários padrões de desenvolvimento apresentados pela época, como também tendem a confundir a procura de um método apropriado aos seus problemas particulares com a escolha entre os modelos estrangeiros de que se gabam sistemas rivais de propaganda. Ao mesmo tempo, a etapa inicial do desenvolvimento econômico geralmente exige transformações sociais bastante radicais. Frequentemente acontece que certos *slogans*, que à primeira vista parecem de caráter esquerdista, possuem na realidade um sentido conservador (é o caso, por exemplo, de quando as instituições representativas estão sob o domínio dos plutocratas e dos grandes proprietários de terras). Há um perigo de que os valores políticos relacionados com a liberdade possam contradizer, ou pareçam contradizer, os valores econômicos em conexão com o desenvolvimento.

### A Perda do «flanco»

4 — Como são afetadas as relações entre Oriente e Ocidente e o grande cisma ideológico, pelo fato de que os países avançados tendem à reconciliação ideológica, enquanto que os países em processo de desenvolvimento encontram-se ainda na agonia da disputa ideológica? Pode-se dizer que a União Soviética, por efeito do progresso econômico, está perdendo a intransigência de sua juventude revolucionária? Como sabemos, conforme Kruschew, os netos de Kennedy estarão vivendo sob um sistema socialista. Sabemos também que, segundo Kennedy, os netos de Kruschew estarão vivendo num país livre, isto é, sob um regime do tipo ocidental. Se temos que decidir entre essas duas afirmativas, eu optaria — sob o risco de ser acusado de *wishful thinking* — pela que, por acaso, coincide com as minhas preferências. Parece-me que o senso comum e a probabilidade estão do lado de Kennedy. Por que deveria uma sociedade próspera como os Estados Unidos aceitar os rigores da sovietação? Para que essa suposição assuma pelo menos uma vaga verossimilhança, somos obrigados a imaginar ou uma derrota militar americana ou então uma outra depressão pior que a primeira. Supondo que não ocorram tais catástrofes, podemos esperar que a Rússia se torne mais parecida com a América. À medida que a revolução distante vai esmorecendo e que o padrão de vida vai subindo, é possível que o regime soviético tenha que permitir maior amplitude aos desejos dos consumidores, dar mais importância à natureza

econômica dos investimentos, e permitir maior liberdade aos indivíduos e às idéias.

Mas por que devemos decidir entre pretensões rivais, que não podem ser ambas verdadeiras e que podem ser ambas falsas? Não há motivo para acreditar que tôdas as sociedades avançadas devam ser do mesmo tipo e que a História deva pôr o seu sêlo sôbre a vitória final do Kremlin ou do Capitólio. O stalinismo, na sua forma extrema e mesmo aberrante, não é fãcilmente reconciliável com as necessidades de uma sociedade industrial altamente racionalizada, mas o sistema de partido único e uma ideologia estatal o são. Dentro de uma estrutura *soi-disant* marxista, há lugar para uma grande quantidade de discussão ideológica, do mesmo modo que uma competição organizada pode existir dentro do contexto de um partido único.

Assim sendo, a principal lição a ser tirada tem mais a natureza de um conselho prudente do que de uma profecia. Por muito tempo, depois que o mundo se tenha unido pela tecnologia, os homens continuarão a acreditar em deuses rivais. Para sobreviver, êles precisam aprender a conviver com suas diferenças. Êste, é claro, é o sentido da coexistência pacífica. Mas para que a coexistência seja genuinamente pacífica, precisa também ser ideológica. Em outras palavras, os crentes têm que aceitar o princípio da tolerância mútua. A guerra, já foi dito, começa nas almas dos homens. A paz, que está acima da coexistência, começará quando cada lado tolerar os direitos e as opiniões do outro.

## O Significado da Racionalidade

A SOCIEDADE industrial — ou sociedade científica, como está começando a ser — está longe de ser universal, mas o é potencialmente, no sentido em que se tornou hoje uma condição *sine qua non* do poder e da prosperidade. As nações que rejeitam o desenvolvimento científico estão escolhendo abandonar o caminho da História pela estagnação.

Se, então, uma forma particular de sociedade parece destinada a permear tôdas as civilizações, se tôdas as raças desejam adotar os mesmos princípios de conduta, de trabalho e de organização, por que então não é o conceito evolucionista da História mais geralmente aceito do que nunca? O que dissemos sôbre desenvolvimento e subdesenvolvimento mostra que a imagem do futuro não difere daquela inerente às grandes doutrinas do século passado — que o fim de tôdas as histórias é *uma* história, que tôdas as sociedades afinal se tornam *uma* sociedade e encarnam os mesmos princípios básicos. Como é que a teoria econômico-sociológica do desenvolvimento não conduziu a um reflorescimento das filosofias evolucionistas ou da crença — tão forte no século XIX — na idéia do progresso?

Hã uma porção de respostas a essa pergunta. Em primeiro lugar, a diferença entre os conceitos usados no passado e os de hoje. As palavras “desenvolvimento”, “industrial”, “científico” soam do mesmo modo que “racional”

ou “moral”? A industrialização é inevitável, sua tendência é se tornar generalizada. Isso é o mesmo que se tornar mais racional?

### **A Racionalidade dos Meios**

NOSSO ponto de partida é com essa palavra ambígua. Uma atitude que, de um ponto de vista, é racional pode ser irracional de outro. É racional que nos armemos para vencer um inimigo, mas será racional que os beligerantes devam usar bombas de fósforo para incendiar cidades, ou bombas atômicas para matar dezenas de milhares de pessoas ao mesmo tempo? Em outras palavras, a racionalidade incondicional é estritamente um meio; e, por enquanto, deixaremos de lado o problema do fim para o qual se dirige a racionalidade dos meios.

Com essa reserva, dificilmente se poderá negar que a humanidade está aplicando hoje mais conhecimentos científicos do que no passado, e que o nosso conhecimento científico é maior e mais exato do que em qualquer época anterior. E mais, o conhecimento científico está avançando cada vez mais rapidamente — se não por outra razão, pelo menos porque o número de cientistas aumenta com uma velocidade cada vez maior.

Como quer que se defina racionalidade, parece evidente que as ciências naturais são o produto da razão. A acurácia dos conceitos, o raciocínio perfeito, o refinamento sem fim das idéias, o relacionamento entre campos aparentemente desconexos, a tendência à sistematização dos resultados, combinada com a presteza em adotar novas hipóteses ou princípios bási-

cos — tudo isso é típico do que entendemos hoje como “razão”. Poderíamos mesmo ir mais longe e afirmar que hoje em dia se define razão pela ciência, mais do que a ciência pela razão, porque a ciência é uma realidade que podemos apreender, enquanto que a razão (se ela é algo mais do que a habilidade de pensar cientificamente) admite várias interpretações.

Outro ponto que precisa ser explicado é o maior progresso científico desde o século XVI, e especialmente no século XX. Ninguém pensa que os gregos, os chineses ou os hindus possuíam uma faculdade de raciocínio diferente da do homem moderno, ou que simplesmente não a possuíam. Mas o passo decisivo, além do qual o acúmulo de conhecimentos parece quase certo, foi dado apenas há poucos séculos, num setor particular da civilização. Não chegaremos mesmo a aventurar uma teoria quanto a essa realização particular do mundo ocidental na Idade Moderna, mas pode-se dizer que o progresso das ciências naturais e o crescente sucesso da pesquisa científica têm mais a seu favor do que o raciocínio correto, a definição dos conceitos, a sistematização dos resultados e a faculdade crítica.

O progresso científico depende do estabelecimento de uma certa relação entre o pensamento abstrato e a experiência — e esta relação, por sua vez, só pode ser estabelecida por um tipo particular de raciocínio —, o que prefere proposições quantificáveis e exige que as explanações se submetam à confirmação ou à refutação pelos fatos. Lévy-Bruhl talvez estivesse errado ao pensar que a mente do homem primitivo diferia da do homem civilizado.

Não é tanto que a faculdade de raciocínio das mentes primitivas seja diferente da nossa, mas antes que suas hipóteses básicas, sua metafísica eram diferentes. É provável que os pensadores de hoje sejam, mesmo superficialmente, mais racionais do que seus predecessores (quero dizer que o seu raciocínio é mais correto e seus conceitos mais claramente definidos). Este, entretanto, não é o ponto principal. Eles são superiores porque combinam o pensamento abstrato com a experiência, por causa do seu método de interrogar a natureza e de tomar como certo que a inteligibilidade deve ter uma essência filosófica determinada. Em resumo, a racionalidade na ciência está relacionada com a metodologia, no sentido mais amplo do termo. A metodologia, contudo, está ligada ao que se pode chamar uma concepção filosófica da verdade, sendo tanto a metodologia quanto tal concepção confirmadas pelo sucesso.

Analogamente, devemos admitir que a tecnologia e a indústria são racionais. Sempre, desde que se tornou "humano", o homem teve que obter o seu sustento entregando-se a uma atividade — ao trabalho. Seu trabalho tem sido mais ou menos eficiente, incluiu a transformação dos recursos naturais e a criação de um suprimento regular de recursos sintéticos, e deu ao homem um maior domínio sobre o meio ambiente — ou pelo menos uma crescente independência em relação a ele. É desnecessário repetir as palavras de Auguste Comte: "O caminho do conhecimento para o poder é uma estrada reta." A racionalidade do conhecimento conduz a um maior poder. Como meio, o aumento de poder é, por definição, aumento de

racionalidade. Deixando de lado, por enquanto, as conseqüências diretas e indiretas do progresso tecnológico, vemos, seja na agricultura ou na indústria, que o progresso em si mesmo marca o desenvolvimento da racionalidade prática, exatamente como o acúmulo de conhecimentos indica o desenvolvimento da racionalidade teórica.

### **A Racionalização da Vida**

HÁ uma transição lógica da racionalidade técnica, tal como se manifesta na ciência e na produção, para a racionalidade da organização social, ou pelo menos de alguns de seus aspectos. Não será racional aumentar o rendimento coletivo repartindo entre os indivíduos as tarefas a serem realizadas? E esta divisão do trabalho não será essencialmente o mesmo que combinar recursos físicos, materiais ou instrumentos? O Direito e a administração também estão-se tornando racionais em certos sentidos da palavra.

A racionalização do sistema legal implica em que as definições dos conceitos e, conseqüentemente, do que é permitido e do que é proibido, sejam exatas, que o raciocínio relativo às conclusões a serem tiradas dos conceitos seja exato, e que a sistematização seja tão completa quanto possível. Entretanto, tal tendência não é tão claramente marcada no Direito quanto na ciência e na tecnologia. A racionalidade científica ou técnica não é comensurável com a racionalidade jurídica tal como foi descrita acima. A propriedade coletiva e a primazia do interesse público sobre os direitos individuais acarretam um declínio da racionalidade jurídica.

ca, em comparação com as sociedades da Europa do século XIX. Mesmo no Ocidente, devido às transformações nos sistemas econômicos e nas idéias sociais, o Direito é talvez menos consistente do que era há meio século, seus princípios menos uniformes, e as deduções da doutrina legal ou das côrtes menos incontestáveis.

O Direito em qualquer sociedade científica, quando comparado com o Direito nas sociedades primitivas ou naquelas que não são secularizadas ou diferenciadas, é mais racional (isto é, é abstrato, seus conceitos são bem definidos e seus raciocínios, corretos). Mas sem examinar mais de perto, não estamos justificados a dizer que o Direito está evoluindo na direção de uma racionalização cada vez maior. Se o Direito é relativamente consistente ou inconsistente, mais ou menos previsível, se seus princípios são mais ou menos claros e se as aplicações desses princípios se deduzem deles de uma maneira mais ou menos consistente — tudo isso depende de se saber se a ordem social está em transformação ou está temporariamente estabilizada e de se identificar o aspecto da vida individual ou da sociedade estatal que mais influi nessa ordem.

Quanto à administração, vê-se logo que ela se está tornando cada vez mais complexa. A previdência social e as leis relativas a impostos cobrem um campo cada vez mais vasto e requerem um número cada vez maior de funcionários. Esses tipos de administração são mais racionais no sentido em que as leis e os regulamentos procuram abranger um grande número de casos, estabelecer princípios aplicáveis a

um maior número de situações humanas, e delimitar tanto os direitos como as obrigações dos indivíduos, apesar da infinita variedade de atividades às quais os homens se entregam. No entanto, quanto mais se tenta nivelar os regulamentos com a infinita riqueza da atualidade tanto mais se registram fracassos ou quase isso. A racionalidade está indubitavelmente fazendo progressos, embora principalmente como um fim em si mesmo; e é em função da hierarquia desses fins que são julgados — e com razão, a meu ver — os resultados obtidos, para indicar o aumento de racionalidade, embora, sob alguns aspectos, esses resultados sejam menos satisfatórios do que nas sociedades anteriores em que as leis abrangiam um campo menos vasto da vida humana.

Em suma, a produção e a organização de técnicas e serviços necessários para a produção são mais racionais do que nunca. Mas quais são as conseqüências sociais e humanas dessa racionalização, e o ímpeto incontrollável da invenção tecnológica? Ou, em outras palavras, uma sociedade é racional se seu único fim é produzir o mais possível?

### **Racionalidade e Progresso**

O PROBLEMA que surge das análises precedentes pode ser colocado nos termos mais gerais da seguinte maneira: do ponto de vista filosófico, o progresso da racionalidade científica, tecnológica e administrativa é um real progresso?

Alguns dirão que a pergunta em si mesma é desprovida de sentido, pois o progresso só pode ser avaliado através de uma referência a

certos valores, e já que os juízos de valor não estão sujeitos a prova, refletindo apenas preferências subjetivas, qual a utilidade de discutir o problema? A decisão de se há ou não progresso dependerá das preferências individuais. Não acho a objeção válida. Em qualquer época, a maioria das pessoas que pertencem à mesma sociedade ou à mesma civilização chega mais ou menos a um acôrdo sôbre o que é desejável.

Outros dirão que o mundo está perdendo sua magia e que o sentido do mistério e da comunhão com a natureza estão desaparecendo. Pode ser verdade que a ciência positivista tenda a minar a fé religiosa de muitos. Mas a alternativa é clara: ou a fé é incompatível com a ciência positiva, e neste caso na nossa escala de valores a eliminação gradativa da superstição não pode ser lamentada, ou então — e é o que eu creio — sômente as formas mais baixas de crença religiosa são afetadas, e neste caso, também, o progresso do conhecimento científico como tal é o progresso da humanidade. Como poderemos sustentar que é melhor permanecer na ignorância do que conhecer, acreditar no que não é verdadeiro do que demonstrar o verdadeiro?

O que é problemático em matéria de progresso científico e técnico não é o progresso em si mesmo, mas suas conseqüências, o tipo de sociedade que êle provavelmente trará e a condição do homem nessa sociedade. O que chama a atenção não são tanto as objeções dos reacionários e dos românticos — gente que sempre teve horror de máquinas, números e massas — quanto a inquirição feita à História por parte dos próprios “progressistas”.

DE um modo geral, pode-se dizer que as interpretações pessimistas da sociedade industrial emergem de três pontos de vista, simbolizados pelos nomes de Aldous Huxley, George Orwell e Oswald Spengler.

O primeiro não confia no *brave new world*. Teme o tédio e o conforto, a mediocridade e o empobrecimento espiritual de uma classe média inferior e universal, equipada com os últimos engenhos da técnica. O segundo consiste de pensadores ocidentais que encaram a forma patológica final do stalinismo como profética do futuro da humanidade. Por meio da tecnologia, é possível não sômente transformar a natureza das coisas materiais mas também jogar com a consciência do homem, não apenas deter um conflito armado mas também manter o mundo num permanente estado de guerra; numa era tecnológica a tirania total tornar-se-ia possível pela primeira vez, já que a própria consciência não seria mais invulnerável. O terceiro, o de Spengler, difere dos dois primeiros no sentido em que Spengler nega a originalidade básica da nossa sociedade. Por conseguinte, considera a urbanização, o império do dinheiro e das massas, a fase que êle chama de civilização, como o estágio que precede imediatamente o fim de uma “cultura”, o retorno ao caos que precede um nôvo nascimento.<sup>(4)</sup>

Podemos deixar de lado o *brave new world*; não que a questão aí levantada seja sem sentido — pelo contrário, o problema colocado pela descrição de uma sociedade que se tornou científica e que controla até as relações pes-

soais, o amor e a procriação, é um problema muito real. Em termos abstratos, a pergunta é a seguinte: "Como viverá o homem, quando os argumentos pueris tiverem perdido sua força, tiverem as ilusões desaparecido e o poder da ciência tiver aumentado?" Mas nós não estamos em condições de responder a essa pergunta, pois nada sabemos a seu respeito. Não podemos nem queremos deter a marcha da ciência, sob a alegação de que o homem pode ser incapaz de usá-la convenientemente, ou perpetuar a infelicidade porque a felicidade pode embotar os homens. De qualquer modo, é impossível que vejamos, no futuro próximo, um mundo sem tragédias, guerras e infelicidade.

Rejeitamos também o pessimismo de Spengler. Mesmo se aceitarmos suas idéias sobre a pluralidade de "culturas" e a originalidade básica e incomunicável de cada uma, dois fatos podem ser constatados em relação à nossa era, um dos quais não tem precedentes e o outro é, ao menos quantitativamente, novo. O contato, a comunicação e o conflito entre múltiplas culturas são hoje a regra. Uma sociedade universal está surgindo. As realizações da ciência e da tecnologia estão agora numa tal escala que se está tornando impossível basear nossas idéias sobre como será o futuro no que sabemos do passado. O Ocidente está morrendo como uma "cultura" separada, mas tem um futuro como o centro de uma sociedade universal. Perdeu sua posição como líder, mas pode reter sua prosperidade e sua energia criadora.

## E Depois de 1984?

PERMANECE o pessimismo de 1984, que pode ser expresso da seguinte maneira: Por que os recursos técnicos não seriam usados a serviço da tirania e da guerra? Ou — mais abstratamente ainda — a racionalização dos meios de produção e dos serviços administrativos ou jurídicos do sistema econômico não implica em que o poder venha a ser usado corretamente, e menos ainda para fins humanitários.

Esqueçamos o livro 1984, ao qual me referi apenas para ilustrar uma idéia. Os líderes do Terceiro Reich usavam uma técnica e uma administração burocrática completamente racionalizadas para arrastar milhões de seres humanos às câmaras de gás e exterminá-los com o máximo de eficiência. Se admitimos que a racionalização leva à conduta moral, sem explicar os sistemáticos extermínios em massa do Terceiro Reich, devemos ser singularmente cegos. O transporte dos judeus era organizado tão racionalmente, se não mais, quanto o tráfego em Paris ou Nova York. Em resumo, enquanto a racionalidade científica, técnica, econômica, ou administrativa é um puro meio, pode ser usada para qualquer fim, produtivo ou destrutivo, hospitais ou campos de concentração, bem-estar ou poder, a unificação ou a exterminação da humanidade.

Dir-se-á talvez que os líderes do Terceiro Reich eram loucos e monstros. Isso é possível, mas ao mesmo tempo deve-se constatar que em certas circunstâncias uma nação de alto nível cultural pode escolher monstros e loucos para seus líderes. Há uma lição a ser tirada do

discurso de Kruschew no XX Congresso. Mesmo numa causa “legítima” (tal como a coletivização agrária), um líder corrompido pelo “culto da personalidade” pode empregar métodos que conduzirão à morte ou à deportação de milhões. A racionalização social pela força, mesmo onde a força é racionalizada, leva algumas vezes a excessos inumanos.

Pode-se argumentar que a racionalização científica, técnica, administrativa e econômica não é apenas um meio, mas implica numa atitude espiritual, num comportamento social visceralmente oposto às crueldades tão comuns em nossos dias. Aqui, de fato, está o cerne da discussão: A racionalidade das sociedades modernas é mais do que um meio? Implica ou deve logicamente implicar na aplicação de princípios morais às sociedades, numa tendência ao respeito pelos valores humanitários? A ciência moderna é o produto de uma atitude de espírito que é racional nos seus fins, e não somente nos seus meios: respeito pelos fatos, raciocínio correto, confiança nos outros cientistas, uma atitude crítica para consigo mesmo e para com o testemunho. O cientista, enquanto tal, vive conforme os ditames da razão. Mas enquanto homem, considera a atitude científica como possível ou como um dever que lhe incumbe, fora da esfera da sua pesquisa da verdade?

Perguntas como essas têm sido feitas muitas vezes e não é fácil dar-lhes uma resposta categórica. Trazer as virtudes científicas — prudência, humildade e respeito aos fatos — para o terreno da ação é digno de louvor; é como se a transferência fôsse provocada por uma espécie de contágio psicológico. Mas é di-

tada puramente por considerações filosóficas, que a maioria dos cientistas não considera válidas ou, pelo menos, tão obrigatórias quanto o estabelecimento dos fatos e das leis. Pessoalmente, concordo em que não há nenhuma conexão lógica ou científica entre a ciência e uma atitude científica em outros terrenos. Só se pode passar de uma coisa a outra através da realização do ideal humano implicado na pesquisa científica, e essa realização é filosófica.

### **A Difusão da Burocracia**

No plano social, há um duplo problema: (I) O indivíduo sofre alguma alteração ao ser assimilado por um mecanismo racional, técnico ou burocrático? (II) As instituições políticas e morais estão-se tornando cada vez mais racionais sob a influência da racionalidade científica e técnica?

O primeiro desses problemas parece o mais simples. O indivíduo age de acordo com uma certa racionalidade na produção em série ou na burocracia, mas enquanto ele não compreende a organização como um todo nem o seu propósito, não há razão para que se torne diferente — para que se torne racional — fora da sua esfera particular de atividade. O trabalho racional, executado sem compreensão, não altera o ser humano como um todo. Implica, é claro, num mínimo de educação, mas isso não é o bastante para transformar a pessoa inteira. Além disso, mesmo que o indivíduo compreenda a organização como um todo, embora ele talvez pudesse racionalizar-se, na medida

em que sua inteligência o permite, na prática êste não é sempre o caso.

Contudo, a racionalização científica e técnica tem a sua influência no conjunto das idéias morais. De fato, a ciência moderna tem, por si mesma, uma virtual universalidade. Pretende ser inteligível a todos os que aceitarem o seu duro aprendizado, não observa fronteiras entre raças e povos. A comunidade de cientistas é uma comunidade de homens, enquanto tais, à parte dos grupos sociais e suas reivindicações. Análogamente, num plano técnico ou num sistema jurídico aos quais se aplicaram concepções abstratas, os indivíduos são necessariamente colocados nas mesmas condições. Aí, as diferenças individuais não mais importam — o que importa é seu lugar numa relação (credor-devedor, por exemplo) ou numa organização (funcionário, assalariado etc.). Neste sentido, a racionalização tende hoje em dia a angariar receptividade a uma concepção universalista em moral.

O Prof. Morris Ginsberg ressaltou essa concepção e considera-a um progresso; no entanto, não é mais que um ideal, imperfeitamente realizado em alguns grupos. Precisamente porque se trata de um ideal mais exigente, mais ambicioso, está muito mais longe de ser praticado do que estavam as idéias que sustentavam a ordem social no passado, as quais não negavam as reais desigualdades existentes na lei.

### **Progresso: Na Prática e na Teoria**

É NECESSÁRIA uma distinção entre progresso nos ideais e progresso nos fatos. A racionalida-

de científica tende a firmar a idéia de uma sociedade universal de toda a humanidade. O ideal do século XX é mais soberbo do que o de qualquer uma das sociedades fechadas do passado, que estimulavam as barreiras entre raças e entre povos. Por outro lado, o conflito entre o que deveria ser e o que realmente é parece mais violento nos nossos dias do que em quaisquer outros. Se a virtude do homem deve ser medida por sua lealdade aos valores que professa, então a nossa era é a mais desprezível de todas. Na História da Europa, não há um único episódio comparável ao extermínio "racional" de seis milhões de judeus.

É certo dizer que acontecimentos dessa espécie são não recorrentes, que são típicos de uma etapa de transição em que as atitudes sobreviventes do passado se combinam com as promessas e a força da racionalidade para formar uma mistura explosiva? Interpretando a Sociologia e a História futuras, podemos dizer com segurança que o Estado e os costumes sociais tornar-se-ão mais morais como um resultado da racionalidade científica e técnica?

Admito que, no presente estado das nossas experiências, o progresso moral e humanitário, seja nas instituições políticas ou na maneira de viver dos indivíduos, não me parece ser um resultado necessário da racionalidade. Os sociólogos do século passado não podiam concordar sobre a natureza do sistema político que prevaleceria na sociedade industrial. No presente, estamos aptos a pensar que, na era científica, todo sistema será baseado em lemas democráticos, que todos os estadistas governarão em nome dos governados, em nome do povo,

do proletariado, da raça e da missão histórica do homem. Está provado, entretanto, que êsses lemas não excluem a possibilidade dos piores exemplos de tirania. A alternativa colocada por Alexis de Tocqueville, há um século atrás — de que uma sociedade democrática pode ser despótica ou liberal —, parece-me mais de acordo com a nossa experiência do que qualquer teoria segundo a qual a infra-estrutura econômico-social resulta inevitavelmente num determinado sistema político e somente num.

Acima do conflito atual entre sistemas e ideologias, os filósofos e sociólogos estão ponderando a questão do escopo da racionalidade técnica e administrativa. Não devemos dar ouvidos aos pessimistas, que condenam a época como uma era de *robots*, nem tampouco aos simplórios, que pensam que o conforto físico resultará no aumento de boa vontade e até produzirá mais gênios. Devemos apenas chamar a atenção para o fato óbvio de que nem a produção nem o consumo são um fim em si mesmo. A satisfação completa das necessidades básicas (alimento, moradia, roupa), e preenchimento, de várias maneiras, das exigências de transporte e comunicação, a mitigação da labuta dos homens e das mulheres dedicados à indústria ou ao lar — são objetivos que toda nação deseja atingir. É compreensível que as pessoas que hoje não possuem quase nada se melindrem com as melancólicas especulações sobre os indubitáveis benefícios e o possível preço da habilidade técnica adquirida pela raça humana.

Os que colocaram os fundamentos do socialismo científico mostraram que, no passado,

a desigualdade de classes era essencial para que a minoria pudesse desfrutar o conforto e o lazer sem o qual a cultura é impossível. Agora, uma proporção cada vez maior da humanidade terá acesso à cultura — em última análise, toda a humanidade. Mas nosso objetivo, ao proporcionar às massas do futuro o fausto desfrutado no passado pela elite, é colocar a cultura ao alcance de todos. Somente se for atingido êsse objetivo, poder-se-á afirmar com confiança que a racionalidade científica e técnica é um avanço do progresso humano em relação aos valores de hoje ou aos implícitos nas civilizações do passado. Não há certeza, entretanto, de que tal acontecerá. A qualidade da existência não é determinada pela quantidade de bens disponíveis para cada pessoa.

### **A Vocação Universal**

QUANDO aceitamos a primazia da ciência e da tecnologia sobre outras fases da atividade humana, estaremos nós nos apegando dogmáticamente aos valores peculiares ao Ocidente e caindo, assim, no pecado do barbarismo — desprezo dos nossos semelhantes? Acho que não. Negar que a ciência, a tecnologia e a razão tenham essa primazia é professar uma filosofia que ninguém realmente vive, e considerar sem sentido o processo pelo qual o homem lentamente abandonou seu modo primitivo e animal de vida para povoar o Planeta, dominá-lo e possuí-lo.

O antropologista que sustenta a tese da igualdade dos padrões culturais baseia seu argumento na verdade, como o escopo imanente

do pensamento. Ele não pode negar que a verdade é superior ao erro. Agora, as ciências do homem moderno não são um padrão entre outros, elas estão mais perto da verdade do que as ciências de outras épocas. As civilizações do passado jamais desejaram acolher idéias falsas, nem mesmo eram indiferentes à verdade científica. Nesse particular, a civilização ocidental é superior a elas, quando julgadas pelas normas que os etnólogos rejeitam, mas que os homens estudados pelos etnólogos não teriam rejeitado, em princípio se não na prática.

O conhecimento verdadeiro e o poder da técnica não são meramente aspectos da cultura ou fatores num padrão particular, eles têm uma vocação universal. A cultura ocidental conforma-se a um tipo especial, mas que, possibilitando o desenvolvimento da racionalidade científica e técnica, participa da virtual universalidade da razão "de um ponto de vista particular". No futuro, as sociedades e as civilizações que desejarem sobreviver terão que aceitar a "diferenciação" social e mental que o desenvolvimento da razão exige. Um universo mental e social em que a ciência e a religião, a economia e a política, as leis e os costumes são diferenciados, e toda atividade tem sua própria base conceitual, não é, como padrão cultural, superior ao universo dos tempos históricos ou pré-históricos. Pode até ser menos eficiente em integrar o indivíduo na comunidade e a turbulenta natureza do homem numa vida harmoniosa e pacífica. Se nossa finalidade é assegurar a felicidade do maior número possível, talvez tivesse sido melhor não ir além das sociedades fechadas de Bergson. Mas, em

última análise, preferir sociedades semi-estacionárias a sociedades cumulativas é considerar o homem humanizado como inferior aos primeiros espécimens de *homo sapiens* e negar o valor e o significado do desenvolvimento, por meio do qual as qualidades reconhecidas como a essência da humanidade germinaram e floresceram.

## Notas

(1) — Isto é, o empobrecimento completo. O problema das desigualdades comparativas é demasiado complexo para ser aqui discutido.

(2) — Traduzimos por “impulso inicial” o termo *take-off*, expressão consagrada de Rostow, que literalmente significa “decolagem”, e que o tradutor brasileiro de Rostow verte por “arranco”.

(3) — A aplicação da perspectiva científica à produção é a causa básica, e ao mesmo tempo a essência, do desenvolvimento. Pensar em termos de produtividade ou de rendimento é, num certo sentido, fazer uma pergunta que é característica da mentalidade científica, isto é, analítica e quantitativa: como se podem obter os mesmos resultados com menos terra ou com menos trabalho? Como se pode aumentar a produção com a mesma quantidade de trabalho ou de terra? O cálculo do que entra e do que sai, da produtividade do solo e do trabalho, do tempo e da produção, é característico do espírito onde germina a ciência e que a ciência propaga.

Ao mesmo tempo, a ciência proporciona os meios capazes de resolver tais problemas, os instrumentos e as máquinas, e dota cada operário de um acúmulo de energia mecânica muito além dos sonhos de nossos antepassados. E, além de aliviar a labuta humana, nas minas e no campo, fornecendo instrumentos a serem usados em lugar da força física, a ciência patrocina aplicações técnicas que vêm ao encontro das necessidades eternas e elementares do homem, numa extensão que ninguém teria achado possível.

(4) — Os sociólogos socialistas podem replicar que não existem tais pessimistas nos países socialistas, sendo eles típicos de sistemas que perderam a confiança em si mesmos e tomam o seu próprio colapso pelo declínio da raça humana. É inteiramente verídico que pessimistas dessa espécie só podem ser encontrados nos países ocidentais onde a visão que o povo tem da História não é ditada por decretos do Estado. Quando a filosofia do desenvolvimento é parte integrante do credo oficial, as heresias são, por definição, impossíveis.

## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| O Que é Crescimento .....                 | 9  |
| A Teoria da Sociedade Industrial .....    | 17 |
| As Deficiências da Teoria Marxista .....  | 24 |
| Os Ricos e os Pobres .....                | 32 |
| Uma Crítica de Moscou .....               | 39 |
| O Modelo Soviético e as Alternativas .... | 46 |
| O Fim da Ideologia .....                  | 57 |
| O Significado da Racionalidade .....      | 63 |
| Notas .....                               | 82 |